

A MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA (DESDE QUE A LÍNGUA SEJA A MINHA)*

OSVALDO MANUEL SILVESTRE
Universidade de Coimbra

I. Descontextualizações

Permitam-me que comece por uma declaração de intenções: o que vou fazer com o excerto do *Livro do Desassossego* que começa por «Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar» não anda longe de um exercício de *close reading*. Mas uma vez que o destino latamente político desse excerto o condenou a uma leitura por telescopagem, a minha leitura afigura-se-me – como direi?... – histórica e politicamente necessária, e tão mais necessária quanto mais próxima do texto. Em rigor, porém, farei não apenas uma leitura do referido excerto, mas também uma leitura das consequências das leituras desse excerto. Sendo que entre tais consequências e o investimento efectivamente realizado na leitura dessa página e meia existiu sempre uma chocante desproporção, que talvez pudéssemos enunciar deste modo: as consequências extraídas da leitura do excerto do *Livro do Desassossego* iniciado por «Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar» têm sido tão mais vastas quanto o excerto tem sido efectivamente muito pouco lido.

Proponho, pois, que se leiam as leituras do fragmento em causa do *Livro do Desassossego* como uma ocorrência particular do fenómeno geral a que damos o nome de «descontextualização». Note-se que «descontextualização» é aquilo que a literatura sempre solicitou, com graus variáveis de ênfase, à política, pelo menos na sociedade burguesa. Não se trata pois de lamentar usos erróneos, porque descontextualizados, de palavras irresistíveis para políticos ou para usos políticos delas. Deste ponto de vista, aliás, a literatura em que todos fomos escolarizados é um uso político do *corpus* literário,

* Texto elaborado ao abrigo do programa do grupo de investigação «Literatura sem Fronteiras» do Centro de Literatura Portuguesa, unidade de I&D financiada pela FCT, com sede na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

na medida em que, por uma série de instrumentos e protocolos de descontextualização – selectas, manuais, antologias, currículos, leituras em sala de aula, etc. –, foi ajudando a produzir aquela versão homogénea – por selecção, controlo, reificação, o que se quiser... – da cultura nacional a que damos o nome de *cultura escolar*. A que acresce o facto, não despiciendo, de o *Livro do Desassossego* ser um caso muito peculiar de obra intrinsecamente descontextualizada, na medida em que cada fragmento (ou, pelo menos, a franca maioria deles) solicita a produção de um contexto – sintáctico e semântico, claro; mas também, e sobretudo, cronológico-histórico, estético e, resumamos, hermenêutico – sem o qual a sua capacidade performativa enquanto «parte de um livro» chamado *Livro do Desassossego* está razoavelmente posta em causa. Ora, como não há contextos que não sejam contextualizações e como em rigor não há contextos saturáveis (pontos em que me podia abonar num dos grandes ensaios do Mestre que neste colóquio homenageamos), o destino descontextualizado de boa parte dos fragmentos do *Livro do Desassossego* é uma inevitabilidade tão ponderável quanto o uso descontextualizado desses fragmentos por discursos culturais ou políticos.

A descontextualização que neste momento me interessa é aquela que o discurso da «lusofonia» foi operando sobre esse excerto, a bem de uma refundação da política de língua das instituições oficiais do Estado português em contexto pós-colonial. Proponho que resumamos essa descontextualização, discriminando-a nas seguintes alíneas: nas representações hoje dominantes, a proposição de Bernardo Soares/Fernando Pessoa segundo a qual «Minha pátria é a língua portuguesa» significa que (i) uma pátria não é confundível com uma territorialidade; (ii) o *terminus* histórico da territorialidade imperial de Portugal não implica que Portugal, enquanto ideia ou identidade, se venha a confinar à sua territorialidade remanescente; (iii) na medida em que a pátria se transfere para a língua, que é o instrumento privilegiado daquilo a que Pessoa insistentemente chama o Quinto Império, a língua torna-se, em toda a extensão, o tropo mais exacto da pátria; (iv) enquanto tropo, a língua-pátria é sem território e sem nação, sendo pois por definição transnacional; (v) «Minha pátria é a língua portuguesa» é assim um enunciado tipicamente pós-imperial, na medida em que não discrimina sujeitos em função de territórios, identidades ou pertenças outras que não a língua que a todos torna *cidadãos de primeira*, para usar, e deslocar, uma figura jurídica colonial.

Ora bem, gostava de propor desde já que estas inferências do enunciado de Bernardo Soares «Minha pátria é a língua portuguesa» resultam, em primeiro lugar, de uma descontextualização inegavelmente performativa mas filologicamente insustentável do enunciado em causa, e, em segundo lugar, que o enunciado de Bernardo Soares não é, como as instituições oficiais que regem a política de língua do Estado português parecem supor, aliás com a concordância tácita e explícita de boa parte dos nossos estudos pós-coloniais, um enunciado emancipatório mas sim francamente repressivo e ainda fortemente imperial.

II. Língua, Corpo, Comunidade

Passo então à leitura do fragmento de Bernardo Soares, cujos cinco parágrafos estão construídos segundo uma «engenharia sintáctica» (expressão do autor, a propósito do Padre Vieira) retoricamente perfeita, em torno de três tópicos: língua, corpo, comunidade. Notemos, para começar, que o corpo é o grande ausente das leituras deste excerto, talvez, seria caso para dizer, por ser o tópico mais escandalosamente visível. A ressalva com que o texto abre – «Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar» – só ganha o seu pleno sentido com a especificação que na frase seguinte introduz o corpo na cena da linguagem: «As palavras são para mim como *corpos* tocáveis, *sereias* visíveis, sensualidades *incorporadas*» (Soares, 2001: 254, itálico meu). A preferência por «palavrar» em vez de «dizer» é uma óbvia inscrição da materialidade do objecto «linguagem» e funciona, nesta fase do texto, como diacrítico de uma opção por «linguagem» em detrimento de «língua», que surgirá logo em seguida, quando começar a emergir também a questão – que percorre todo o texto – dos clássicos e, por arrastamento inevitável, a da gramática.

O que Bernardo Soares faz neste parágrafo inicial é uma operação que consiste justamente em eliminar corpo e desejo da sua radicação corporal, deslocando-os por completo para a esfera da linguagem e restaurando aí todo um *Eros* compensatório. A formulação é radical e merece transcrição: «Talvez porque a sensualidade real não tem para mim interesse de nenhuma espécie – nem sequer mental ou de sonho –, transmudou-se-me o desejo para aquilo que em mim cria ritmos verbais, ou os escuta de outros» (id.). A rasura de *Eros* é, como disse, radical, e chega a expulsá-lo da sua existência *in mente* ou em sonho; mas, em consequência, a erotização da linguagem parece não sofrer limite, uma vez que implica tudo «aquilo que em mim cria ritmos verbais, ou os escuta de outros».

Na sequência disto, o parágrafo acumula erotismos, naquela versão de absoluta passividade que em Pessoa parece ser a necessária contrapartida do prazer sexual. Por exemplo, «Estremeço se dizem bem»: uma formulação que transforma a nossa relação com a linguagem numa porta aberta a todos os prazeres – ou, nos conhecidos termos pessoanos, a todos os sensacionismos –, como se a linguagem fosse uma vasta potência erótica. Ou, mais intensamente, talvez porque os clássicos começam a irromper: «Tal página de Fialho, tal página de Chateaubriand, fazem formigar toda a minha vida em todas as veias, fazem-me *raivar tremulamente quieto de um prazer inatingível* que estou tendo» (id., eu sublinho). Falta apenas acrescentar a este imaginário, para que ele faça o catálogo completo dos seus êxtases, a frieza indispensável ao delírio, frieza e delírio esses que chegam pela mão, em Pessoa inevitável, da prosa – e, ponto importante, da gramática – do padre Vieira: «Tal página, até, de Vieira, na sua *fria perfeição* de engenharia sintáctica, me faz tremer como um ramo ao vento, num *delírio passivo de coisa movida*» (id., itálico meu). Releia-se esta frase e a sua conclusão: Bernardo Soares diz-nos aqui do

devir-coisa do sujeito, quando contaminado (um eufemismo, substituível com vantagem por possuído ou penetrado...) pelo corpo sexuado da linguagem gramaticalizada. É nestes momentos que Pessoa é um improvável grande autor erótico.

O segundo parágrafo recua neste devir sexuado da linguagem, avançando (para trás) ao encontro dos *topoi* mais reconhecíveis da dicção romântica da paixão: «Como todos os grandes apaixonados, gosto da delícia da perda de mim, em que o gozo da entrega se sofre inteiramente» (id.). Algo remanesce do parágrafo anterior, neste gozo de uma entrega que «se sofre inteiramente». Mas o tom é agora grácil e o sujeito é agora poeta que devaneia e criança ao colo das palavras: «E, assim, muitas vezes, escrevo sem querer pensar, num devaneio externo, deixando que as palavras me façam festas, criança menina ao colo delas» (id.). Notemos o *infans* que, como sempre em Pessoa, é o lugar da verdade: o da linguagem como brinquedo e jogo, enfim, como erotismo ou *dépense* infantil. O resto é um cortejo de estilemas finisseculares em auto-alimentação, como no Pessoa de horas inda louras, lindas, etc., ou no Eugénio de Castro que esse Pessoa e este Bernardo Soares vampirizam com notório gozo e proveito: «Assim as ideias, as imagens, trémulas de expressão, passam por mim em cortejos sonoros de sedas esbatidas, onde um luar de ideia bruxuleia, malhado e confuso» (id.). É claro que isto, este elogio da inanidade sonora da linguagem e das festas que ela nos faz, é também e sempre «crítica da representação». Ou, se se preferir, um espécime daquelas lenga-lengas que fazem a glória da literatura infantil, cuja gloriosa versão inglesa Pessoa consumiu. O ponto, contudo, é percebermos que esta versão da escrita como devaneio, perda deliciosa de si, «frases sem sentido», enfim, literatura infantil, é ainda uma celebração da opacidade corpórea da linguagem. Uma celebração, à sua maneira, mais radical do que a do parágrafo de abertura, o qual não resistia à invocação dos clássicos e de uma lógica, digamos, distribucional na produção do sentido que estes activam: aquela «fria engenharia sintáctica» emblematizada em Vieira.

Daí também a sensação que nos toma, quando entramos no terceiro e decisivo parágrafo, de que se trata agora de coisas sérias – ou não estivesse em pauta a performatividade das selectas e dos clássicos: «Lembro-me, como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança, li pela primeira vez numa selecta o passo célebre de Vieira sobre o Rei Salomão. ‘Fabricou Salomão um palácio...’» (id.: 254-5). Digamos que Bernardo Soares aprende em Vieira onde está a felicidade – mas sobretudo onde ela não está. E, como sempre em Pessoa, esse lugar onde não mora a felicidade é a vida, pois a *vraie vie* está algures no verbo de Vieira, «imperador da língua portuguesa», como Pessoa, tão dado a impérios como T. S. Eliot, dirá na *Mensagem*. É fundamental, neste ponto, ler o extraordinário passo em que Bernardo Soares traduz esse império de Vieira sobre a sua *persona* infantil e escolar: «Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou de instinto como *uma grande emoção política*» (id.: 255, eu sublinho).

Não basta recensar nestas reveladores palavras a importância do excerto descontextualizado na selecta para uma epifania a um tempo estética (ou estético-gramatical) e política – uma epifania equipolente àquela que gerações subsequentes sofreram ao ler este fragmento do *Livro do Desassossego*, ou melhor, excertos em geral consideravelmente reduzidos deste fragmento. Para lá disso, é fundamental demorarmo-nos na ontologia política do clássico que aqui fala por todos os clássicos, que é como quem diz, naquela estranha «grande emoção política» induzida pela leitura de Vieira. Mais uma vez, do que se trata é do corpo, ou de um corpo indexado e anexado agora não à linguagem mas à «nossa clara língua majestosa»: o corpo político da nação ou a nação enquanto *Body Politic* que só plenamente existe, se constitui e reconstitui na língua enquanto *língua dos clássicos* que, neste caso sintomático, não pode não ser uma *língua clássica*. Neste sentido, na descrição que produz da língua de Vieira, Bernardo Soares não faz senão tropar o contrato social enquanto realidade simultaneamente hierática, natural («inevitável», diz ele) e ideal.

É de todos os problemas e aporias do contrato social, ou do *Body Politic*, que Bernardo Soares nos fala no famoso quarto parágrafo do texto, que começa por um enunciado que diríamos tipicamente libertário: «Não tenho nenhum sentimento político ou social». O que se segue – «Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico» – poderia ser lido como um enunciado comunitarista, não fosse a modalização «num sentido», explicitada mais tarde, naquele momento em que, após o slogan algo banal «Minha pátria é a língua portuguesa», o autor nos diz que «Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente». É preciso resistir à tentação de ver no Pessoa de frases como esta apenas uma variação do génio de Oscar Wilde, que brilhava particularmente neste uso indecoroso do *wit*. A impressão digital de Wilde é muito reconhecível em muito Pessoa, mas prefiro acentuar a forma como Bernardo Soares se entrega aqui a uma dança do intelecto que, após a «emoção política» propiciada pela leitura de Vieira – e por um entusiasmo que, percebemos agora, é realmente *infantil* –, parece recuar para o solipsismo cínico de um burguês cuja pátria, mais do que a língua, seria o *scriptorium* em que o deixassem folhear deliciadamente os clássicos. As coisas poderiam ficar por aqui, não se desse o caso de Bernardo Soares reintroduzir abruptamente a figura do corpo numa cena, e numa encenação, em que língua, sintaxe e ortografia dão voz a todo um imaginário da punição e da exclusão. Permitam-me que transcreva este extraordinário passo: «Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspi» (id.).

Este passo é especialmente difícil de ler, mas adiantemos que ele não parece ser de todo legível, se não assumirmos que a fúria justiceira do seu

autor é uma ocorrência de «patriotismo» e de um patriotismo edificado sobre uma «língua dos clássicos» que, mais uma vez, não pode deixar de ser uma «língua clássica», isto é, uma língua por definição *impessoal* – ou, se se preferir, uma língua traduzida em gramática. O que Bernardo Soares faz aqui – ou melhor: tenta fazer – é uma espécie de prestidigitação em que *se faz desaparecer pessoas*, dentro da ideia, muito defensável aliás, de que a pátria ideal seria *sem pessoas*. Os problemas desta complicada versão da pátria começam porém a irromper, se nos lembrarmos de que esta pátria ideal é, para Bernardo Soares, a língua, sendo um tanto difícil representar uma língua que *sem pessoas* pudesse ainda ser, nem tanto uma pátria, mas tão-só uma língua – a menos que a tropemos como «língua dos clássicos» ou, numa versão retoricamente equivalente, «língua morta», vale dizer, muda. Mas, obviamente, não pode ser isto o que pretende Bernardo Soares.

De facto, o que faz Bernardo Soares nesta frase? Em primeiro lugar, o autor declara-nos o seu ódio não por pessoas que «escrevem mal português», mas por páginas mal escritas, sintaxe errada, «ortografia sem ípsilon» (notemos o toque fetichista tão caro a Pessoa). Nestes termos, não há como não simpatizar com o conteúdo moral de uma indignação que ressalva cristamente os agentes dos seus odiosos lapsos. Todavia, a frase espraia-se e espalha-se, logo em seguida, numa longa aberração denominativa produzida por uma comparação que reintroduz, *sub specie* tropológica, as pessoas que tão altruisticamente antes poupava. E assim, Soares dirá que não odeia a pessoa, «mas a página mal escrita, *como pessoa própria*, a sintaxe errada, *como gente em que se bata*, a ortografia sem ípsilon, *como o escarro directo que [o] enoja independentemente de quem o cuspiisse*» (o itálico é meu). A cena patriótica sofre a drástica sobreposição da cena pedagógica em clássica versão punitiva; o sujeito que antes nos dissera dos prazeres da passividade coisificada dá agora reguadas (tanto pode a indignação de um gramático, ou de um mestre-escola, ou de um patriota); e finalmente, o sujeito enreda-se numa como que revisão escatológica das condições de possibilidade do juízo kantiano de gosto, quando nos diz, de forma moral e politicamente arrepiante, que odeia a ortografia sem ípsilon «como o escarro directo que [o] enoja independentemente de quem o cuspiisse». A «ortografia [com] ípsilon» está aqui pela língua dos clássicos, necessariamente anacrónica. Mas sendo essa língua dos clássicos a língua-pátria, começamos enfim a perceber que dizer «Não tenho nenhum sentimento político ou social» e dizer «Minha pátria é a língua portuguesa» é, na ordem das finalidades políticas deste discurso, o mesmo, pois esta língua portuguesa que é a *minha* pátria não admite outro sujeito, e outro cidadão, que não *eu próprio*, Bernardo Soares. Assim como não há erros de sintaxe ou ortografia sem agente, assim como não há língua-pátria sem gente, uma língua sem maus-tratos só poderia ser uma língua sem pessoas, isto é, um transcendental. A acelerada degradação daquela «grande emoção política» suscitada pela prosa de Vieira, que é a degradação de quem cai da selecta no século, e que é legível na fúria justiceira suscitada por esses lapsos de cidadania que são os erros de ortografia e sintaxe, só pode ser tratada por uma terapia em que a língua, para de veras ser uma pátria, se evada para um

espaço transcendental. O problema é que, se essa é a cidade da Razão ou de Deus, essa não é contudo a cidade em que homens e mulheres constroem discursivamente uma pátria.

Resumo, enfim: o corpo que Bernardo Soares reinveste na linguagem, primeiro, e na língua dos clássicos, depois, suscitando uma «grande emoção política», necessita, para plena e idealmente existir enquanto *Body Politic*, de expulsar os sujeitos (e os corpos) que o agenciam. Para este corpo político que é a língua como pátria, o único sujeito pensável acaba por ser uma figura transcendental que coincidissem, normativa e topologicamente, com uma gramática. Ou, se se preferir, com o contrato social implicado num imperialismo de gramáticos. E talvez possamos então começar a entrever o alcance da insistência pessoana em qualificar o Quinto Império como um imperialismo de poetas que é também – e este é o ponto decisivo – um imperialismo de gramáticos.

III. A Voz e a Vez de Rosita

Bernardo Soares abre o último parágrafo do fragmento em análise com a afirmação «Sim, porque a ortografia também é gente». O que me surpreende nos usos deste texto por essa versão acrílica da situação pós-colonial que se foi chamando *lusofonia* é a cegueira de uma leitura que não percebe que, para que a ortografia seja gente, nos termos propostos por Bernardo Soares, é necessário que muita gente, demasiada gente, deixe de o ser. Por toda essa gente sem lugar na pátria-língua de Bernardo Soares proponho a proto-moçambicana Rosita, personagem criada por Luís Bernardo Honwana pouco após a independência de Moçambique, em 1982, e situada pelo autor no fatídico ano de 1961 (Honwana, 1982: 173). Passo a transcrever o texto:

ROSITA, ATÉ MORRER

Chiguidela, 17 de Abril de 1961

Manuel do meu coração:

Antão como está? Eu está boa brigado com minha mãe que manda os cumprimento, está com doença das costa dela que dói de noite com os sofrimento de idade vançado. Tua filha também manda os cumprimento, está brincar, está crenscer, está pruguntar todos dia onde está papá, onde está papá, depois chora, não quer brincar. Um dia ela é grande mas não vai no escolo, pai dela não liga, não screveu nome dela no dimistração, mas Deus que sabe. Sorita com Matilida com as outra manda os cumprimento também, elas está boa obrigado. Elas faz pôco, eu sabe é assim quando mulher tem desgraça, sai uma filha e homem não faz lobolo. Eu não diz nada, Deus que sabe. Eu encontrou Mamana Rita no bazara, ela veio por causa os curandero está tratar ela, ela diz mulher que você

fugiste com ela largou você, um enfermeiro drabou ela, agora tu está sofrer, não trabalha, não come nem nada, não tem ninguém. Eu não esquece: tu drabou, dromiu com mi, eu era menina, você encontraste, deixou eu com prenha, fugiste com outra mulher. Eu não esquece mas eu já nem zanga nem nada, minha mãe diz é assim, os homem é maluco. Eu não foi no escole, não tem o estude nem nada, escrever meu nome foi você que ensinaste. Só sabe fazer machamba, fazer comida para você, lavar teu ropa, gostar você. Tratar tua filha também. Mulher çimilado quema os cabelo, veste çapato com vestida bonita, com português que fala tu não guenta drabar ela. Ela que draba você. Deixa você chorar: O minha mãe, eu mata-lhe, eu mata-lhe! Eu diz: não mata-lhe. Você drabaste a mi ela drabou você: você que começaste. Aqui em casa cabrito não pariu cinco nem pariu um com dois cabeça. Não tem fiticero. Nem inveja as pessoa tem com mi não faz nada. Veio chuva. Eu fez machamba grande de milho com fjião com mandoinha, com mapila. Chegou um dia eu acordou contente, vendeu uma saca mandoinha, comprou vestida bonita com taralatana com çapato incarnado com chapéu para tua filha! Ermelinda que é nome dela mas eu costumou chamar ela Linda, às vezes Nyeleti, tu gosta? Quando tu quer tu vem escançar, só escançar, conhecer tua filha comer os ovo com galinha, com cabrito quando você guenta, beber ucanhi nas família da terra, tomar banho no rio, dançar xingombela no casa de N'Dlamini, mais nada. Quer? Você vai pruguntar as pessoa que anda aqui a falar assim: O! Manuel tem esta nossa pele mas agora é branco, comprou ser branco nos papel, esqueceu os vovô dele que morreu, esqueceu filha dele que nasceu, esqueceu terra, esqueceu tudo. Eu diz é mentira, Manuel não pode esquecer. As pessoa ri, as pessoa diz eu não sabe, as pessoa diz cada vez eu é polícia também. Você é? O, vem dizer mesmo! Depois você vai temhora quando não gosta ficar aqui fazer machamba, ensinar as pessoa no escole de noite que voces tinha na casa de Mussá. Você vai, eu não vai agarrar você, só vai chorar mesmo. Quando você vai eu dá você saca mandoinha que você guenta levar no machibomba, pode ser 4, fica muito ainda, eu é pobre mas tem mãos bom para trabalhar também para dar. Você vais vender os saca, comer dinheiro sòzinho. Quando você quer vir você escreve carta, dá chofer de machibomba de Olivera para entregar no cantina do Mohano. Você diz eu vai chegar dia assim assim. Eu manda carroça com os meudo esperar você. Minha boca não gosta falar cosa que meu coração está dizer, mas minha cabeça fica maluco quando minha boca não diz: eu gosta muito você. As vez eu pensa voce foste nos curandero ranjar remeido para eu gostar você. Tu faz eu sofrer, eu chora, eu zanga, eu esquece, eu gosta você outra vez muito! Tu que não presta: tu gosta mulher çimilado que draba você. Sou eu Rosa de teu coração que manda esta carta para teu coração. Chico Mandlate está escrever carta também manda os cumprimento. Chico não vai dizer ninguém coisa que escreveu para você.

*Rosita,
Até morrer.*

Resumo abruptamente: Rosita, uma indígena moçambicana com uma relação improvável com a língua portuguesa, escreve uma carta ao seu amado Manuel, que a abandona deixando-lhe uma filha. Ou melhor, e corrijo o resumo: Rosita dita a um terceiro a carta a enviar a Manuel: «Chico Mandlate está escrever carta também manda os cumprimento. Chico não vai dizer ninguém coisa que escreveu pra você» (id.: *ibid.*).

Esta situação, como é fácil de perceber, abre uma série de indecisões enunciativas e ontológicas: se a carta de Rosita é um massacre da gramática, deve ele ser atribuído a Rosita ou a Chico Mandlate, efectivo autor da carta? Por outras palavras (as de Bernardo Soares), a quem pertencem os erros de morfologia, sintaxe e ortografia desta carta? Será Chico Mandlate um escrupuloso filólogo transcrevendo *ad litteram* todas as minudências deste desencontro de Rosita com o português? Será isto o famigerado «contrato ficcional», que nos pede que acreditemos na ficção de uma transcrição plena da voz fracturada de Rosita, ou a própria impossibilidade de contratualizar aquilo que é só uma ilusão de presença (a da voz a um tempo destroçada e esplendorosa de Rosita) e uma infundável perda da origem? Quem fala neste texto e nesta voz? Mais radicalmente: que garantia temos de que Rosita fala português (*este* português) e não, na origem, um idioma indígena traduzido, por Chico Mandlate, para o código escrito disponível, o da língua da colonização? Finalmente, a grande questão ontopolítica desencadeada pelo texto de Honwana: que garantia temos de que conseguimos ouvir a voz desta subalterna, talvez nem sequer chamada Rosita, essa voz suplementada por uma escrita que nos dá todo o espectáculo do seu impoder?

Note-se que esta Rosita proto-moçambicana não se limita a inscrever na geografia linguística de Bernardo Soares uma exterioridade em rigor irrecuperável, nos termos punitivos em que este considera a possibilidade de um simples não-uso do ípsilon. Em 1961, a situação enunciativa de Rosita é perfeitamente comensurável com a situação de boa parte das mães dos soldados portugueses que marchavam então para África, também elas iletradas e também elas necessitadas de quem lhes escrevesse ou lesse as cartas dos filhos lá longe – é aí que a personagem nos oferece as mais-valias de uma leitura em contraponto.

Ou seja, e termino: não é apenas Rosita quem não tem lugar na pátria idiomática de Bernardo Soares. São, com ela, todos os sujeitos marcados por situações de subalternidade – étnica, política, de género – e condenados, por isso, ao erro gramatical que, por seu turno, os condenará ao exílio da pátria de Bernardo Soares.

Ou talvez não. Porque talvez a resposta mais consequente com a versão do contrato social que a língua como pátria de Soares propõe seja esta: Rosita pode ser parte da pátria de Bernardo Soares desde que se verifique uma condição prévia: que ela seja muda.

Referências

1. SOARES, Bernardo (2001), *Livro do Desassossego*, Ed. de Richard Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 3.^a ed.
2. HONWANA, Luís Bernardo (1982), «Rosita, até Morrer», in Nelson Saúte (ed.), *As Mãos dos Pretos. Antologia do Conto Moçambicano*, Lisboa, D. Quixote, 2000, pp. 171-173.